

PROGRAMA DE ACÇÃO DO MPPM PARA 2018-2019

Este documento integra as propostas de alteração aprovadas na Assembleia Geral de 26 de Fevereiro de 2108

I. LINHAS DE ACÇÃO PRIORITÁRIAS

No actual contexto internacional, tendo em conta os perigos e desafios que a causa nacional palestina enfrenta, e as ameaças à paz na região do Médio Oriente, o MPPM orientará a sua actividade, no próximo biénio, segundo 9 linhas de acção prioritárias que se desenvolvem num contexto de evocação dos 70 anos da Nakba.

1. Pelo reconhecimento do Estado da Palestina pelo governo português

O Estado da Palestina foi admitido na ONU como Estado não-membro em Novembro de 2012 e integra já numerosos organismos internacionais. Em Setembro de 2011, numa iniciativa do MPPM, 70 individualidades portuguesas subscreveram um manifesto reclamando o reconhecimento do Estado da Palestina. A Assembleia da República aprovou, em Dezembro de 2014, uma recomendação ao governo para que reconheça o Estado da Palestina em coordenação com a UE. O Presidente da República, em Setembro de 2016, na ONU, defendeu a criação de um Estado Palestino soberano, independente e viável, com base nas resoluções das Nações Unidas. É imperativo que estas manifestações de vontade se transformem em acções concretas.

2. Pela libertação dos presos políticos palestinos nas prisões de Israel

Os presos palestinos nas cadeias de Israel são actualmente cerca de 6200, dos quais mais de 300 menores e 450 em regime de detenção administrativa. Desde 1967, o número total de presos e detidos palestinos nas prisões israelitas já ultrapassou os 850 000; 100 000 palestinos já foram submetidos a detenção administrativa. O MPPM continuará a informar a opinião pública sobre as condições a que estão sujeitos, nas cadeias israelitas, os presos políticos palestinos, defendendo a sua imediata libertação.

3. Pela suspensão do Acordo de Associação UE – Israel e do acesso de Israel a fundos comunitários

Continua em vigência o Acordo de Associação da UE com Israel, apesar da diária e grosseira violação pelo Estado sionista da obrigação nele contida do respeito pelos direitos humanos e pelos princípios democráticos. Israel continua a ser grande beneficiário dos fundos europeus para investigação científica e tecnológica, apesar das fundadas suspeitas que muitos dos projectos têm dupla utilização, civil e militar, designadamente na repressão do povo palestino.

4. Pelo levantamento do bloqueio a Gaza

Na Faixa de Gaza, submetida a mais de dez anos de um criminoso bloqueio por Israel, com a colaboração do Egipto, a taxa de desemprego é a mais alta do mundo, só há energia eléctrica algumas horas por dia, os esgotos deixaram de ser tratados, praticamente não há água potável por contaminação dos aquíferos. Grande parte da população depende da ajuda alimentar da UNRWA (agência da ONU de apoio aos refugiados palestinos) e ressentir-se-á gravemente do corte do financiamento dos EUA à agência. O MPPM continuará a reclamar o fim do bloqueio criminoso sobre a população da Faixa de Gaza.

5. Contra a política de ocupação, colonização e anexação de Israel

O MPPM empenhar-se-á: em denunciar o avanço do processo de colonização dos territórios palestinos ocupados e as medidas em rápido desenvolvimento visando a anexação total ou parcial da Cisjordânia, como condição fundamental para viabilizar a constituição de um Estado Palestino soberano; em denunciar a ilegalidade e as consequências criminosas do muro de separação, apoiando a corajosa e determinada luta das populações da

Palestina contra o seu avanço; em informar e sensibilizar a opinião pública portuguesa para o infame processo de destruição de casas e campos de cultivo, e a expulsão sistemática de populações palestinas dos seus territórios; em denunciar os crimes de guerra de Israel, alertando a opinião pública para a atitude criminosa de Israel em relação às populações dos territórios ocupados; em denunciar a política segregacionista e de apartheid que o Estado de Israel desenvolve, tanto nos territórios ocupados como sobre os seus cidadãos e comunidades palestinas,

6. Contra a candidatura de Israel para o Conselho de Segurança da ONU

Em 17 de Outubro a Assembleia Geral da ONU irá eleger 5 membros não permanentes do Conselho de Segurança para um mandato de dois anos (2019-2020). Com a saída de Suécia e Holanda abrem-se duas vagas no «Grupo Europa Ocidental e Outros» para as quais há três candidaturas: Bélgica, Alemanha e Israel. É de todo inaceitável que Israel possa ser eleito para um órgão cujas resoluções, de cumprimento obrigatório por todos os Estados membros, sistematicamente ignora. O MPPM irá pressionar o governo português para que se oponha activamente à candidatura de Israel.

7. Por uma solução justa para os refugiados palestinos

O MPPM continuará a sensibilizar a opinião pública para a situação das populações palestinas refugiadas, dentro e fora dos territórios ocupados, defendendo uma solução justa para este problema, fundada no direito e na legalidade internacional. Os refugiados palestinos — a mais antiga e numerosa população de refugiados do mundo — continuam a não ver reconhecido o seu direito ao regresso ou a uma justa compensação. É particularmente difícil a situação do meio milhão de refugiados na Síria, muitos dos quais forçados a tornarem-se novamente refugiados, dentro da própria Síria ou nos vizinhos Líbano e Jordânia. Os milhões de refugiados palestinos que dependem totalmente da ajuda da UNRWA vão a curto prazo sofrer as consequências dramáticas da precária situação financeira desta, na sequência do corte efectuado pelos EUA.

8. Contra a judaização e anexação de Jerusalém

Em Jerusalém, acelera-se o processo de total judaização da cidade, incluindo da parte oriental ilegalmente ocupada. Sucedem-se as invasões de judeus à mesquita de Al-Aqsa. As autoridades israelitas querem desanexar da cidade os bairros palestinos situados para lá do Muro, ao mesmo tempo que estão em curso processos visando anexar à cidade os colonatos adjacentes. O objectivo é expulsar a população palestina, criando uma Jerusalém «etnicamente pura», e ao mesmo tempo separar do restante território palestino a cidade que é o coração da Palestina. A decisão da administração Trump de reconhecer Jerusalém como capital de Israel e de transferir para aí a sua embaixada premeia e encoraja a ocupação e colonização dos territórios palestinos por Israel.

9. Pela paz e desnuclearização do Médio Oriente, contra as ameaças bélicas e ingerências externas

O MPPM continuará a rejeitar a escalada de agressão belicista e as ameaças de confronto e ingerência militar externas, defendendo a paz e a cooperação entre todos os Estados da região, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas e no respeito pelos princípios da legalidade internacional, e o direito inalienável de todos os povos decidirem de forma livre e soberana sobre o seu destino. O MPPM pugnarà pela declaração, em todo o Médio Oriente, de uma Zona Livre de Armas Nucleares.

II. FORMAR E INFORMAR

O MPPM privilegiará a formação de uma opinião pública consciente através de uma informação rigorosa e tempestiva sobre a situação na Palestina e no Médio Oriente, contrariando a campanha de «normalização» do Estado de Israel e revelando a essência do povo palestino, nomeadamente através de:

1. Sessões de esclarecimento, debate e divulgação

Manter o esforço investido na realização de sessões de esclarecimento, de debate e de divulgação da causa nacional do povo palestino, um pouco por todo o país, em colaboração com organizações locais.

2. Acções de rua

Sempre que a gravidade da situação o exija, organizar ou participar em acções de rua, normalmente em conjunto com outras organizações prosseguindo os mesmos fins.

3. Exposições

A exposição «Gaza 2014: Testemunho de uma Agressão» foi já apresentada em vários locais e está agora a circular a exposição «Esta Bandeira da Esperança: Um Olhar sobre a Questão Palestina». Na medida do possível, outras exposições serão produzidas.

4. Internet e redes sociais

Está a ser desenvolvido um novo *website* do MPPM, para tornar mais apelativa a sua consulta e mais fácil a gestão de conteúdos. Continuará a ser feita uma utilização intensa do Facebook, mas numa óptica de complementaridade ao novo *site*. Embora tenhamos um canal no YouTube a sua utilização tem sido residual por falta de conteúdos. Será analisado o interesse de intervir noutras redes sociais

5. Boletim informativo

O MPPM publica, desde Julho de 2016, uma *newsletter* electrónica quinzenal. Esta iniciativa irá prosseguir, melhorando o seu aspecto e conteúdos e articulando-a com o novo *site*.

6. Livros e publicações

O MPPM produziu um livro (*O Essencial sobre a Questão Palestina*) e dois vídeos. É importante produzir materiais que não só suportem as nossas acções de sensibilização, como possam ser cedidos a terceiros para que desenvolvam as suas próprias acções.

7. Comunicação social

Procuraremos desenvolver uma linha de trabalho específica junto da comunicação social no sentido de assegurar a divulgação da actividade, iniciativas e tomadas de posição do MPPM.

8. Eventos culturais

Daremos continuidade à realização, por ocasião da passagem do Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, das Jornadas de Solidariedade com a Palestina, congregando um conjunto de acções que, além da afirmação da solidariedade com a sua luta de libertação, contribuam para a divulgação da história, da cultura e dos valores daquele povo. Além destas, continuaremos a divulgar aqueles valores pelos meios possíveis.

9. Iniciativas internacionais

Dentro das limitações decorrentes da escassez de recursos financeiros, procuraremos assegurar a participação do MPPM em eventos internacionais de referência que contribuam para o reforço da luta pelos direitos do povo palestino. Se houver condições para tal, consideraremos a realização, durante o mandato, de uma iniciativa internacional que atraia a atenção da opinião pública nacional para a causa da solidariedade com o povo palestino ou que a luta do povo palestino e a situação política no Médio Oriente torne necessárias.

III. COOPERAR

- No plano nacional, o MPPM continuará a aprofundar as relações de cooperação com autarquias locais e organizações políticas, sociais e de solidariedade, sindicais, estudantis e juvenis, em torno de campanhas e iniciativas concretas que promovam a causa nacional do povo palestino e a defesa da Paz no Médio Oriente, contra as ameaças de agressão militar e ingerência externa sobre os Estados e povos da região.
- No plano diplomático, o MPPM procurará reforçar as relações com a Missão Diplomática da Palestina e com as representações diplomáticas de países árabes e outros que apoiam a causa palestina.
- No plano internacional, o MPPM procurará estabelecer relações regulares com outras organizações,

estrangeiras ou internacionais, que prossigam fins convergentes com os seus, com especial destaque para as organizações palestinas e organizações israelitas que lutam pelos direitos do povo palestino, para intercâmbio de informações e experiências, e programação de iniciativas conjuntas. Neste âmbito, considerará, em função das possibilidades financeiras e outras, o envio de uma delegação do MPPM aos territórios ocupados.

- O MPPM procurará dinamizar o estabelecimento de relações de cooperação entre autarquias locais, escolas, e outras estruturas portuguesas e palestinas.
- O MPPM procurará ainda potenciar o estatuto de membro acreditado junto do Comité das Nações Unidas para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, tendo em vista o desenvolvimento da cooperação entre organizações e movimentos de solidariedade.

IV. INFLUENCIAR

- O MPPM continuará a reclamar dos órgãos de soberania nacionais que Portugal assuma, no quadro do seu relacionamento externo, uma política consistente, que defenda os direitos nacionais legítimos do povo palestino e promova uma solução política para o conflito, no respeito pelo direito e a legalidade internacional, e, desde logo, o reconhecimento do Estado da Palestina nos termos das resoluções das Nações Unidas.
- No mesmo sentido, o MPPM irá procurar o apoio dos deputados à Assembleia da República e dos deputados portugueses ao Parlamento Europeu.
- O MPPM irá, ainda, exercer pressão sobre entidades, públicas ou privadas, que contribuam para o processo de «normalização» do Estado de Israel, alheias ao desrespeito deste pelo direito internacional, pelas convenções de direitos humanos e pelas resoluções da ONU

V. ORGANIZAR

Para consolidação da sua estrutura, o MPPM irá:

- Promover uma campanha de novos membros, assegurando o envolvimento de um número crescente de activistas nas actividades do movimento;
- Promover a criação e dinamização de núcleos locais de activistas do MPPM, dotados de autonomia – no quadro dos princípios e objectivos programáticos do Movimento – e fortemente enraizados nas comunidades onde se inserem e que contribuam para divulgar as actividades do MPPM e promover a acção solidária com a causa palestina;
- Desenvolver uma linha de trabalho consistente no sentido do alargamento da base de angariação de fundos que permitam o desenvolvimento sustentado da actividade do Movimento.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2018

A Direcção Nacional do MPPM